

Licença de Operação

LO Nº: 324627/2021		VÁLIDA ATÉ: 28/06/2026
PROCESSO Nº: 82186/2006		DATA DE PROTOCOLO: 03/05/2006
<p>A SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE-SEMA, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 38 de 21 de Novembro de 1.995 e alterada pela Lei Complementar nº 232 de 21 de Dezembro de 2005, que dispõe sobre o Código Ambiental de Mato Grosso, concede a presente licença.</p>		
DENOMINAÇÃO DA PROPRIEDADE OU EMPREENDIMENTO IMPÉRIO MINERAÇÕES LTDA.		
ATIVIDADE LICENCIADA: Extração de calcário/dolomita e beneficiamento associado		
LOCALIZAÇÃO: BR 174, KM 64, FAZ. IMPÉRIO II, ZONA RURAL Coordenadas geográficas: DATUM: SIRGAS2000 - W: 58:09:31,40 - S: 15:51:18,40		MUNICÍPIO: Glória D'Oeste/MT CEP: 78.293-000
NOME / RAZÃO SOCIAL DO INTERESSADO IMPERIO MINERACOES LTDA CNPJ/CPF: 03.534.260/0005-69		
ATIVIDADE PRINCIPAL: Extração de calcário e dolomita e beneficiamento associado		
RESTRIÇÕES: AS CONTIDAS NO PROCESSO DE LICENCIAMENTO E NA LEGISLAÇÃO EM VIGOR. "É OBRIGATÓRIA A MANUTENÇÃO DO PT NO LOCAL DA ATIVIDADE LICENCIADA JUNTAMENTE COM A LICENÇA EMITIDA, BEM COMO A COMPROVAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS CONDICIONANTES, CASO HAJA. ESTA LICENÇA DEVERÁ ESTAR ACOMPANHADA DO TÍTULO AUTORIZATIVO EXPEDIDO PELA ANM. A renovação da licença ambiental deverá ser requerida com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da expiração de seu prazo de validade, fixado na respectiva licença, ficando este automaticamente prorrogado até a manifestação definitiva do setor técnico competente da SEMA. Lei 592/2017.		
DOCUMENTOS ANEXOS E CONDIÇÕES GERAIS DE VALIDADE DESTA LICENÇA: - Conforme Parecer Técnico nº: 147700 / CMIN / SUIMIS / 2021 - Esta Licença de Operação refere-se às áreas requeridas junto ao DNPM sob os processos Nº 866189/1998, 866191/1998, 866192/1998, 866190/1998		
LOCAL E DATA Cuiabá 29/06/2021	Coordenador de Mineração Sheila K. J. de Sousa-MAT 130435	Superintendente de Infraestrutura, Mineração, Indústria e Serviços Maria Cristina da Silva Ramos

Obs: Esta Licença Ambiental deve ser afixada em local de fácil acesso e visualização

Parecer Técnico	
RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO	
PT Nº: 147700 / CMIN / SUIMIS / 2021	Processo Nº: 82186/2006 Data do Protocolo: 03/05/2006

INFORMAÇÕES GERAIS DO PROCESSO

Interessado

- **Nome / Razão Social:** IMPERIO MINERAÇÕES LTDA
- **CPF/CNPJ:** 03.534.260/0005-69
- **Endereço:** AV TANCREDO NEVES, 93, JARDIM PETRÓPOLIS - CEP: 78.070-122
- **Município:** Cuiabá - MT

Propriedade/Obra ou Empreendimento:

- **Denominação:** IMPÉRIO MINERAÇÕES LTDA.
- **Localização:** BR 174, KM 64, FAZ. IMPÉRIO II, ZONA RURAL - CEP: 78.293-000
- **Município:** Glória D'Oeste - MT
- **Coordenada Geográfica:** DATUM: SIRGAS2000 - W: 58:09:31,40 - S: 15:51:18,40
- **Processo DNPM nº:** 866189/1998, 866191/1998, 866192/1998, 866190/1998

Responsável Técnico:

- **Nome / Razão Social:** CLÉVERSON CABRAL
- **Formação:** Geólogos e Geofísicos - CREA : 0000104

Atividades Licenciadas:

- C1410-9/04 - Extração de calcário/dolomita e beneficiamento associado

Não foi associado roteiro a este processo.

ANÁLISE TÉCNICA

PROJETO PROPOSTO:

Esta análise refere-se ao pedido de Renovação da Licença de Operação junto à SEMA processo 238704/2020 em nome da pessoa jurídica IMPERIO MINERAÇÕES LTDA, em área de 152,26 hectares (área total) para fins de extração e beneficiamento de rocha calcária para produção brita, e pó calcário para corretivo, no município de Glória D'Oeste /MT.

HISTÓRICO

O licenciamento ambiental da atividade remonta de 28 de junho de 1996 conforme folha 02 do Volume I.

Em 02 de Agosto de 1996 foi emitida a Licença de Operação nº048/96;

Em 07/06/1999 foi emitido a Licença de Operação de nº617/99;

Em 14 de junho de 2000 foi emitido Parecer Técnico nº 050/DMIN/CMCA/TEC/90;

Em 18 de setembro de 2001 foi emitido Parecer Técnico Nº105/COMIN/TEC/01, favorável a emissão da Licença de Operação;

Em 18/09/2001 foi emitido a Licença de Operação nº0948/2001;

Em 16 de Agosto de 2003 foi emitido Parecer Técnico de nº101/COMIN/TEC/2003; opinando pela emissão da Licença de Operação;

Em 28/08/2003 foi emitida a Licença de Operação de nº 456/2003;

Em 23 de setembro de 2004 foi emitido Parecer Técnico nº 150/COMIN/DIMI/2004, opinando pela emissão da Licença de Operação;

Em 04/10/2004 foi emitido a Licença de Operação de Nº 932/2004;

Em de abril de 2006 foi emitido Parecer Técnico nº90CM/SUIMS/SEMA/2006 OPINANDO PELA RENOVAÇÃO DA Licença de Operação;

Em 10/05/2006 foi emitida Licença de Operação nº 563/2006;

Em 11/05/2009 por meio do Protocolo de nº314065/2009 o interessado solicitou a Renovação da Licença de Operação;

Em 01 de setembro de 2009 foi emitido Parecer Técnico nº26129/CM/SUIMS/2009, opinando pela emissão da Licença de Operação;

Em 02/09/2009 foi emitido Licença de Operação nº298080/2009;

Em 29/06/2012, por meio do protocolo de nº 343502/2012 o interessado solicitou a Licença Prévia e de Instalação para Ampliação das atividades;

Em 18 /01/2016 foi emitida a Licença Prévia Nº302860/2013;

Em 15/01/2013 foi emitida a Licença de Instalação Nº 61632/2013;

Em 03 de maio 2013 foi emitido Parecer Técnico nº18816/SUIMS/2013 opinando pela Renovação da Licença de Operação;

Em 03/05/2013 foi emitido a Licença de Operação nº 306489/2013;

Em 24 de Abril 2013 foi emitido Relatório Técnico nº 135/CFE/SUF/SEMA/2013;

Em 19 de setembro de 2013 o interessado protocolou o requerimento de outorga dos poços artesianos;

Em 19 de novembro o interessado fez juntada às documentações referente as adequações do posto de combustível conforme normativa nº 01/2004;

Em 11/02/2016 a interessada solicitou a Renovação da Licença de Operação;

Em 18 /08 2017, foi emitido Auto de Inspeção de nº 181688;

Em 01/11/2017 foi emitido a Licença de Operação com validade até 2020;

Em 05/03/2018 a interessada apresentou complementações, que se refere a Carta Imagem em escala de detalhes e o comprovante de inscrição no CAR,

Em 01/07/2020 a empresa solicitou a renovação da Licença de Operação;

Em 18/ 08/2020 foi emitido ofício de Pendências SEMA Nº157025/CMIN/SUIMS/2020;

Em 17/11/2020 a interessada apresentou documentações referente ao cumprimento das pendências;

Em 22/02/2021 a foi apresentado documentos complementares para a continuidade da análise do processo;

Em 22/02/2021 a interessada apresentou documento de juntada contendo o (RAS);

Em 24 de 01/2021 foi enviado de e-mail ao interessado para solicitando a apresentação do CAR migrado para o SIMCAR, bem como adequações referentes a base cartográfica;

Em 9/06/2021 o interessado apresentou as complementações, em relação ao Cadastro Ambiental Rural;

Conferência Documental:

Os documentos apresentados pela interessada foram conferidos quanto a sua forma e atendimento ao roteiro orientai-o, sendo responsabilidade da requerente e do responsável técnico a autenticidade dos mesmos.

- Emolumentos quitados de renovação LO;
- ART do responsável técnico;
- Documentos do responsável técnico;
- Documentos do requerente;
- Publicação em jornal local e no D.O.E.
- Cópia do Cadastro Mineiro do DNPM;

· Declaração;

- PGRS; Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos;
- Carta- Imagem de delimitação da área;
- Relatório Fotográfico das instalações;
- Cadastro do profissional habilitado junto a SEMA/MT;

Relatório Ambiental;

- Relatório Ambiental Simplificado (RAS);

Localização Georreferenciada:

A pessoa jurídica IMPÉRIO MINERAÇÕES LTDA, informa que neste requerimento, a área de extração se localiza na BR-174, km 132, Fazenda Império II, Zona Rural, município de Glória D'Oeste/MT.

CONCEPÇÃO:

Refere-se a uma atividade convencional de extração de calcário com lavra a céu aberto. O estudo visa atender as legislações e demais normas em vigor, com intuito de obter as licenças para a atividade junto à Secretaria de Estado do Meio Ambiente – SEMA, apresentar informações para subsidiar e definir medidas de controle e minimização dos impactos ambientais durante a fase de lavra do material inconsolidado, bem como, para recomposição natural e paisagismo da área impactada após o término das atividades do empreendimento. Por fim disponibilizar informações locais acerca da flora e fauna, classes de solo, relevo, morfologia, hidrografia, geologia e aspectos socioeconômicos, além é claro de conciliar a atividade mineral com a conservação ambiental.

A substância mineral a ser explorada e beneficiada é o calcário, para a produção brita, pó calcário, para corretivo de solo

Conforme o projeto, o método de lavra adotado é o desmonte a céu aberto com a utilização de explosivos e formação de bancadas em encostas. A usina de processamento é convencional do setor com britador primário, rebitado, moinho de martelos e peneira classificatória.

Como estruturas de apoio o empreendimento conta com um tanque de abastecimento com capacidade para 15 mil litros; setor de manutenção de veículos, lava-jato, poços tubulares para uso doméstico e no processo de beneficiamento.

Renovação Licença de Operação.

Em consulta ao site ANM, constatamos que a empresa é detentora das Seguintes áreas delimitadas segundo os processos a seguis: N.º 866.189/1998, 866.190/1998, 866.191/1998 e 866.192/1998, perfazendo um total de 152,26 hectares.

Trata de uma atividade que possui as seguinte estruturas/jazida situadas pelas seguintes coordenadas :

Escritório/oficina/balança: 15°50'43,00"/58°08'27,800"

Planta de beneficiamento: 15°50'47,80"/58°08'17,50"

Frente de lavra: 15°50'34,60"/58°08'59,30"

Posto de abastecimento: 5°50'45,30"/58°08'27,80"

Conforme estudo a empresa possui duas linhas de produção para atender a demanda sendo uma unidade de processamento para produção de calcário dolo mítico que é utilizado principalmente como insumo agrícola, e outra em menor escala produz agregados para construção civil, tais como (brita, pedrisco, pó de pedra).

A matéria prima é retirada da jazida após a detonação das rochas em bancadas pé definidas de acordo com as determinações da equipe técnica.

Após a definição da lavra é planejada a malha de detonação observando os teores e fragmentação desejada do material.

A perfuração é realizada por uma perfuratriz pneumática modelo Fênix 70 Mini. O material detonado é carregado com utilização de escavadeira e ou pá carregadeira e transportado por caminhões até o britador primário, onde a carga é basculhada diretamente no alimentador vibratório, sem necessidade de estocagem.

As etapas de cominação compreendem a britagem, peneiramento e rebitagem do material.

O estudo descreve detalhadamente os equipamentos das duas linhas de produção que entre eles podemos citar: Alimentador primário e secundário, correias transportadoras, peneiras classificatórias, rebitador de mandíbulas e cônicos, moinhos de martelo, entre outros.

A empresa possui um sistema de eliminação das partículas em suspensão através do filtro de manga. Este atua realizando a descompressão dos moinhos, aumentando a produtividade e melhorando a qualidade granulométrica do calcário. Após a passagem do ar nas mangas do equipamento, a poeira seccionada dos moinhos segue para as correias transportadoras e é armazenado juntamente com o restante do produto. Este procedimento contribui par a criação

de um ambiente sem partículas em suspensão, atendendo a legislação ambiental. Um sistema de umectação ao produto final nas correias transportadoras está em processo de implantação e servirá como uma etapa adicional para eliminar completamente a poeira do ambiente indústria do empreendimento.

Foi descrito que a avaliação de eficiência é feita diariamente pela análise do produto das pilhas pulmão. Durante as paradas para manutenção são verificadas as condições das correias e das telas das peneiras, evitando assim a existência de material fora de especificação comercial.

Até a presente data não houve alteração ou ampliações que caracterizassem, ampliação no empreendimento, estando trabalhando com a mesma unidade de processamento no mesmo local, realizando adequações no sistema de controle de material particulado. Vale ressaltar que essa usina de processamento situa-se às margens da BR/174, que durante anos foi solicitado pela SEMA/MT, a formação de uma cortina verde ao longo da margem da rodovia, atualmente essa cortina verde encontra-se implantada utilizando um consórcio de vegetação arbustiva e Bambu, que já encontra-se estabilizada, exercendo sua função de proteção a poeiras fugitivas não causando impactos que possam prejudicar a visibilidade dos transito na referida BR.

Quanto à execução do Plano de Recuperação de Áreas Degradadas, o que se tem é o plano de lavra em bancadas que possibilitará a reabilitação futura, que até o momento não foi executado recuperação efetiva por se tratar da mesma frente de lavra que se encontra em processo de extração de rocha calcária.

A área de interesse, não se localiza próximo a área especial tal como, ARL, APP e UC, o estudo apresenta uma tabela descrevendo todas UC E Terras Indígenas e as distâncias de cada de cada uma.

Os principais impactos ambientais decorrentes da atividade na área do empreendimento são de natureza local e compreende a compactação do solo, alterações do relevo, poluição visual, poluição sonora, poluição atmosférica e geração de resíduos sólidos domésticos. Mudança de relevo; perda de nutrientes do solo orgânico; geração de poeiras; emissões gasosas; geração de ruídos e formação de processos erosivos. As alterações ambientais e as propostas de medidas mitigadoras dos impactos ambientais foram detalhadas conforme consta no projeto.

As medidas de controle ambiental apresentadas visam à minimização dos impactos tais como: não explorar fora da área licenciada; sinalizar com placas toda a área do empreendimento, evitar acúmulos de resíduos ou qualquer outra fonte de proliferação de insetos; orientar todos os colaboradores em relação às práticas de controle ambiental;

umidificar as vias de acesso às áreas de circulação interna do empreendimento; prévia seleção do local de extração; maximização do pacote de minério; conduzir os trabalhos visando observar as condições para uso futuro da área; emprego das medidas de controle de erosão do solo dentre outros. O sistema de controle de poluição atmosférica descrito é constituído por um exaustor, ciclone e aspersores d'água e filtros de manga.

Verificou-se em consulta ao Sistema Integrado de Monitoramento e Licenciamento Ambiental – SIMLAM, que o empreendimento não está localizado em áreas especiais ou de amortecimento; não está localizado em terras indígenas ou de amortecimento; não está localizado em APP ou ARL cadastradas neste órgão.

Conclusão:

Após análise do processo opinamos pelo deferimento da emissão da Licença de Operação ao Referido empreendimento

Insta salientar que a análise técnica se baseou nas informações apresentadas no projeto, pelo Responsável Técnico, documentadas com ART e que as mesmas são de sua inteira responsabilidade.

Lembrando que o não atendimento das condicionantes, e outras normas ambientais podem acarretar punições previstas na Lei Complementar nº. 38 de 21/11/95, com alterações da Lei Complementar nº. 232 de 21/12/05.

A concessão da licença não exime o empreendimento de eventuais vistorias e exigências a qualquer tempo.

Condicionantes:

A validade das licenças ambientais está condicionada ao cumprimento das condicionantes abaixo elencadas, sendo que o descumprimento de qualquer uma delas ensejará sua suspensão ou cancelamento, além das sanções cabíveis.

- Instalar sistema de controle de material particulado nos pontos críticos de formação de poeira;
- Realizar manutenção constante no sistema de controle de material particulado;
- sinalizar a área do empreendimento com uma placa contendo: PROCESSO SEMA; Nº DA LO; VIGÊNCIA DA LICENÇA e RESPONSÁVEL TÉCNICO;

Não operar o empreendimento sem o Título Autorizativo Expedido Pela ANM;

- Não desenvolver a atividade de extração de rocha em Áreas de Preservação Permanente ou Reserva Legal da propriedade obedecendo a Lei 12651/2012;
- Dar destino correto ao óleo lubrificante usado e ao material contaminado de acordo com a CONAMA 362/2005;
- as sucatas devem ser recolhidas nos diversos setores do empreendimento e armazenadas em local apropriado, afastado de áreas úmidas;
- tratar os resíduos inertes de acordo com a NBR 10.004/04 da ABNT (caso haja);
- cumprir com todas as medidas de controle previstas no projeto ambiental e legislação ambiental em vigor.

ESTE É O PARECER.

Cuiabá - MT, 29 de junho de 2021